

DIÁRIO OFICIAL

DO ESTADO DE MATO GROSSO

ANO CV - CUIABÁ - QUARTA FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 1.995 - Nº 21.798

PODER EXECUTIVO

LEI COMPLEMENTAR Nº 39 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995

Institui o Programa Especial de Incentivo à Microempresa PROJETO PARAÍSO - e dá outras providências

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o artigo 45 da Constituição Estadual aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado o Programa Especial de Incentivo à Microempresa em Mato Grosso PROJETO PARAÍSO objetivando a implantação, preservação e desenvolvimento desses estabelecimentos no Estado de Mato Grosso

Art. 2º Será considerada como microempresa para os efeitos desta Lei a empresa que esteja enquadrada no regime de estatística com faturamento anual bruto de até 12 000 UFIR

§ 1º Estão excluídas do programa as empresas cujo titular ou sócio participe do capital social de outra

§ 2º O enquadramento de microempresa no regime fiscal a ser disciplinado em regulamento será realizado de ofício ou a requerimento do contribuinte, sendo-lhe assegurado o direito de não ser incluído no citado regime

Art. 3º Os contribuintes enquadrados no regime fiscal das microempresas ficarão isentos do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais, Intermunicipais e de Comunicação ICMS

Parágrafo único A isenção de que trata este artigo

I será regulamentada em decreto do Poder Executivo

II não será estendida às saídas de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária

III implicará em anulação dos créditos fiscais incidentes nas operações e prestações anteriores

IV não excluirá o cumprimento das obrigações acessórias salvo as dispensadas em regulamento

Art. 4º A microempresa é respaldada pelo pagamento do imposto

I de contribuinte não inscrito no cadastro fiscal do Estado referente às mercadorias e serviços que adquire

II relativo à aquisição em operação interestadual de bens e serviços destinados ao uso consumo e às incorporações ao ativo permanente

Art. 5º Para a consecução dos objetivos previstos no artigo 1º deverão ser desenvolvidas as seguintes ações:

I simplificação e desburocratização das relações entre o Poder Público e a atividade empresarial compreendendo

a) o tratamento diferenciado, para as microempresas de forma a eliminar, reduzir ou simplificar conforme o caso as obrigações administrativas e a obtenção de créditos junto às instituições financeiras através da interação com as instâncias competentes

b) a criação de canais permanentes de diálogo entre os setores empresariais e o Poder Público

c) a implementação do registro de empresas na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso através dos Correios ou de transmissão de dados via telex, computador ou fax

d) revisão e adequação no relacionamento fisco-contribuinte relativamente às medidas de simplificação e desburocratização na área tributária

II fixação de critérios visando

a) a criação de mecanismos que incentivem e facilitem a participação das microempresas em processos locais de fornecimento de mercadorias e serviços para a administração pública

b) a utilização do poder regulamentar do Estado para incentivar os microempreendedores no que se refere aos tributos estaduais, fiscalização sanitária, desenvolvimento tecnológico, incentivo locacional e controle ambiental

IV promoção dos negócios compreendendo

a) realização e apoio a eventos que viabilizem a abertura de novos mercados para as microempresas Mato-grossenses junto ao público consumidor através de feiras regionais e setoriais

b) formação de banco de dados a nível de município que contemple informação sobre

1) o efetivo volume de compras interestaduais realizadas pelas empresas Mato-grossenses

2) produtos fabricados pelas empresas locais no Estado

3) dados demográficos econômicos e sociais de legislação urbana ambiental tributária de transporte e de infra-estrutura voltados para orientação da classe empresarial na realização de novos empreendimentos

c) instalação de centros de serviços no interior do Estado para atendimento às micro e pequenas empresas através de convênios com entidades organizadas

V formação profissional compreendendo

a) a coordenação e promoção de ações educacionais de entidades atuantes no Estado de Mato Grosso para melhorar a qualidade de mão-de-obra especializada

b) a coordenação e promoção de formação e do aperfeiçoamento dos empresários das microempresas com o intuito de capacitá-los para o crescimento através de entidades qualificadas

Art. 6º O Programa Especial de Incentivo à Microempresa PROJETO PARAÍSO terá como órgãos gestores as Secretarias de Estado de Indústria, Comércio e Mineração e de Fazenda que coordenarão em conjunto com o Conselho de Desenvolvimento Industrial e Comercial CODEIC

Parágrafo único Os órgãos mencionados no "caput" deste artigo realizarão no final do exercício de 1996 revisão do limite do faturamento estabelecido no artigo 2º objetivando viabilizar conforme sua capacidade econômica financeira sua ampliação até 24 000 UFIR

Art. 7º Para efeito de manutenção do Programa Especial das Microempresas PROJETO PARAÍSO será cobrada a taxa de manutenção cadastrai no valor de 1 5 UFPMF ao mês

Art. 8º O Poder Executivo editará Decreto regulamentando a presente Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário

Palácio Paissaguê em Cuiabá 13 de dezembro de 1995 174ª de Independência e 107ª da República

DAIS MARTINS DE OLIVEIRA
HERMES GOMES DE ABREU
ANTONIO PAES DE BARROS NETO
HELIO ADELINO VIEIRA
ALDEMAR ARAUJO GUERRA
INES MARTINS DE OLIVEIRA ALVES
PEDRO RODRIGUES LIMA
CARLOS ALBERTO ALMEIDA DE OLIVEIRA
JEREMIAS PEREIRA LEITE
ALDO PASCOLI ROMANI
JOAQUIM CUIVIO DE ARRUDA
VALTER ALBANO DA SILVA
JULIO STRUBING MULLER NETO
LEVI COSTA DE FREITAS JUNIOR
ANTONIO HANS
MARIA MAGALHÃES ROSA
MARIO MARCIO GOMES TORRES
GUILHERME FREDERICO DE MOURA MULLER
FREDERICO GUILHERME DE MOURA MULLER
ADMIR NEVES MOREIRA
CARLOS AVALONE JUNIOR
ELISABETH BEZERRA ARRUDA

LEI COMPLEMENTAR Nº 40 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera a Lei Complementar nº 26 de 13 de janeiro de 1993, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Militares e dá outras providências

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o artigo 45 da Constituição Estadual aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O "caput" do artigo 129 da Lei Complementar nº 26 de 13 de janeiro de 1993 e o seu § 2º passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 129 O adicional de penulsenidade no percentual de 100% (cem por cento) calculado sobre o vencimento-base é devido ao servidor militar em decorrência de situações de perigo permanente a que se expõe no exercício das suas funções

§ 1º

§ 2º Estende-se o adicional de penulsenidade no que couber aos integrantes dos Quadros de Saúde de Administração e de Especialistas da Corporação"

Art. 2º Os servidores militares oficialmente designados para exercerem atividades operacionais permanentes em presídios penitenciários ou estabelecimentos prisionais terão jus a uma gratificação de serviço na proporção de 1/3 (um terço) do respectivo vencimento-base precedida de competente autorização governamental

Art. 3º As despesas de que trata a presente Lei Complementar serão cobertas à conta de dotação orçamentária própria do orçamento do Estado

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação retroagindo os seus efeitos financeiros a 1º de outubro de 1995

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário

Palácio Paissaguê em Cuiabá 13 de dezembro de 1995 174ª de Independência e 107ª da República

DAIS MARTINS DE OLIVEIRA
HERMES GOMES DE ABREU
ANTONIO PAES DE BARROS NETO
HELIO ADELINO VIEIRA
ALDEMAR ARAUJO GUERRA
INES MARTINS DE OLIVEIRA ALVES
PEDRO RODRIGUES LIMA
CARLOS ALBERTO ALMEIDA DE OLIVEIRA
JEREMIAS PEREIRA LEITE
ALDO PASCOLI ROMANI
JOAQUIM CUIVIO DE ARRUDA
VALTER ALBANO DA SILVA
JULIO STRUBING MULLER NETO
LEVI COSTA DE FREITAS JUNIOR
ANTONIO HANS
MARIA MAGALHÃES ROSA
MARIO MARCIO GOMES TORRES
GUILHERME FREDERICO DE MOURA MULLER
FREDERICO GUILHERME DE MOURA MULLER
ADMIR NEVES MOREIRA
CARLOS AVALONE JUNIOR
ELISABETH BEZERRA ARRUDA

LEI Nº 6 688 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera a forma de concessão dos benefícios do PRODEI, estabelece prazo especial de pagamento de ICMS para as empresas industriais que realizarem investimentos produtivos no Estado de Mato Grosso e dá outras providências

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o artigo 42 da Constituição Estadual aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar a operacionalização do Programa de Desenvolvimento Industrial PRODEI concedendo prazo especial de pagamento do ICMS para empreendedores industriais nas seguintes hipóteses:

I implantação de empreendimento
II incremento de capacidade produtiva (expansão)
III restrição de empreendimento paralisado há mais de 02 (dois) anos

Art. 2º O prazo especial de pagamento de ICMS referido no artigo anterior será de até 05 (cinco) anos observados os seguintes limites aplicáveis sobre o imposto incentivado nos períodos de apuração:

I 1º ano até 70%
II 2º ano até 65%
III 3º ano até 60%
IV 4º ano até 50%
V 5º ano até 40%

§ 1º O restante do ICMS devido nos períodos de apuração referidos neste artigo será recolhido nos prazos normais

§ 2º Do total do imposto incentivado 5% irá para a conta do Fundo de Desenvolvimento Industrial FUNDEI

§ 3º Havendo atualização monetária esta será calculada com a redução de 40% incidentes sobre o valor devido

§ 4º O disposto neste artigo alcança também a importação de máquinas e equipamentos e o diferencial de alíquotas interestaduais

Art. 3º Para as empresas já estabelecidas no Estado nos projetos de expansão será objeto de benefício fiscal apenas o ICMS decorrente do incremento real de arrecadação gerado pelo empreendimento verificado em qualquer hipótese útil no âmbito da capacidade de produção anteriormente instalada

§ 1º O benefício cessará em sua totalidade caso seja atingido o montante do investimento realizado preferencialmente ao prazo

§ 2º Para a concessão do benefício às empresas serão consideradas somente as suas próprias operações não se computando aquelas pelas quais elas se tornaram responsáveis ou substituta tributária

Art. 4º Sobre os valores usufruídos pelos beneficiários do Programa incidirão encargos de 5% ao ano calculados sobre o saldo devedor a título de remuneração do Agente Financeiro

Art. 5º Fica facultado ao Poder Executivo e aos detentores de contratos do PRODEI a opção pelo disposto nesta Lei em substituição aos já concedidos na forma que dispuser em regulamento